**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais**

**Curso de Ciências Econômicas**

**Gabriel Rodrigues da Silva**

**Fundamentos teóricos e estratégias de implementação do Plano Real no período de 1994 até 1998.**

**Belo Horizonte**

**2016**

**Gabriel Rodrigues da Silva**

**Fundamentos teóricos e estratégias de implementação do Plano Real no período de 1994 até 1998.**

Trabalho apresentado à disciplina Economia Brasileira Contemporânea, do Instituto de Ciências econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professor: Ário Maro

Belo Horizonte

2016

Entre 1979 e 1992 o Brasil passou por 13 programas de estabilização abrangendo tanto os programas ortodoxos quanto os planos heterodoxos, alguns exemplos de planos ortodoxos foram os Planos Delfim I, Delfim II, Delfim III, que ocorreram em 1979, 1981 e 1983 respectivamente. (CARDOSO, 2005).

Os planos ortodoxos não surtiram muito efeito no combate à inflação crônica, isso ocorreu por dois motivos; o primeiro é que eles usavam a inflação passada como parâmetro e um problema de inflação crônica gera mecanismos de indexação que perpetuam a inflação passada; outro problema era a falta de credibilidade nos reajustes fiscais sobre o tamanho desses reajustes serem insuficientes, assim esses programas não deram muito certo no Brasil. (CARDOSO, 2005).

Os planos heterodoxos nesse período também não foram muito eficazes no combate à inflação crônica, pois, tentaram combater a inflação apenas através do congelamento de preços e salários. O congelamento de preços tinha como objetivo eliminar o efeito da inflação passada sobre a inflação presente, mais isso não ocorreu, esse tipo de política econômica só gerava um represamento dos preços e assim, quando o congelamento de preços cessava, a inflação voltava com mais força, um exemplo disso foi o Plano Cruzado em 1986. (CARDOSO, 2005).

Assim o Plano Real é sem sobra de dúvida dos 13 planos de estabilização feitos no Brasil a partir de 1979 o melhor concebido, pois foi o único capaz de controlar a inércia inflacionária, através de uma inovação na coordenação prévia dos preços relativos por meio da URV que foi a última fase do processo de adoção do novo plano de estabilização. (BRESSER-PEREIRA, 1994)

A primeira fase era estabilizar as contas nacionais, isto é, as contas fiscais deveriam estar em dia, o que não ocorreu em Planos anteriores, que foram implantados mesmo com déficits operacionais, fato fundamental para o fracasso. Essa estabilidade fiscal era necessária, pois, um governo que gasta além das suas receitas gera inflação, pois, para financiar seus gastos ele tem duas alternativas ou emite títulos de dívida o que era muito difícil, pois o governo já estava muito endividado e sem credibilidade de bom pagador ou emite moeda o que só pressiona ainda mais a inflação, assim esse controle fiscal era imprescindível para o sucesso do Plano. (OLIVEIRA, 2005)

Essa estabilização ocorreu de um modo que o governo realizou vários cortes nos gastos e uma completa reestruturação das contas públicas e até mesmo por um controle maior sobre os bancos estatais, outro artifício utilizado foi PAI (Programa de Ação Imediata) que propunha cortes emergenciais nos gastos. (OLIVEIRA, 2005)

O PAI mesmo sendo um programa muito bem estruturado também teve suas falhas, onde medidas pré-estabelecidas não foram devidamente implantadas com sucesso e apesar disso, a estrutura de gastos e arrecadação do governo conseguiu se estabilizar ao ponto de ser possível colocar em ação um plano de estabilização econômica bem sucedido. (PEREIRA, 1998).

 Outras medidas foram tomadas para aumentar a arrecadação do estado uma delas foi a criação de um novo imposto o Imposto Provisório sobre Movimentação Fiscal (IPMF), um tributo provisório que gerava uma grande quantidade de arrecadação, mas, elevava a taxa de juros. Além desse novo imposto o governo também criou o Fundo Social de Emergência que permitia uma flexibilidade na gestão orçamentária do governo nos anos subsequentes. (OLIVEIRA, 2005)

A segunda fase do processo de implantação do Plano Real foi a criação de uma moeda virtual que intermediaria a mudança de uma moeda para outra, isso foi feito da seguinte maneira, em Março de 1994 moeda virtual URV (Unidade Real de Valor) foi criada, seu objetivo era converter o valor do Cruzeiro Real para uma nova unidade de medida, assim a transição para a nova moeda seria mais simples, pois a URV tinha uma paridade com o Dólar assim, uma forma de valor real, ela teve uma importância grande para a transição, pois, quando o Real começasse a circular os contratos já estariam na nova unidade de medida e assim, o reajuste nos preços baseados na URV estariam alinhados e estáveis. (OLIVEIRA, 2005)

A terceira fase foi a implantação da nova moeda, em Julho de 1994 o Real passa a circular e assim, um URV era igual a um Real e um Real era Igual a um Dólar, esta conversão começou a acontecer no dia 1° de julho de 1994 e a partir deste momento o Real passou a circular como moeda oficial. (BRESSER-PEREIRA, 1994).

O Plano Real foi importante não só para uma estabilização monetária brasileira, também, foi importante na reorganização do sistema de políticas fiscais adotadas pelo país, um dos fatos que evidencia foi o embasamento da condução econômica de acordo com o chamado “tripé econômico” que se constituía em política cambial, superávit primário e metas de. (CAMARGO, 2013).

Após a implantação do Plano Real em 1994, apesar de ser o sistema vigente até hoje e de ser considerando um completo sucesso, no início passou por diversas dificuldades, principalmente quanto aos salários e as contas públicas. (BRESSER-PEREIRA, 1994)

No princípio da implantação do Plano Real ocorreu uma desvalorização do dólar, ou mais precisamente um fortalecimento da moeda nacional, uma vez que um Real era equivalente à um Dólar. A valorização do câmbio teve impactos muito evidentes no curto prazo, pois com a equiparação das moedas, os produtos importados tiveram uma queda de preços no mercado brasileiro, o que foi ótimo para a classe média, acentuando o fato de o governo adotar uma política de abertura de mercado, os produtos importados entraram com grande facilidade no mercado brasileiro. (SÁ, 2008)

O combate à inflação era tão importante para o governo que a balança comercial foi completamente sacrificada para que fosse cumprida esta meta, este sacrifício chegou a tal ponto em que se tributassem produtos nacionais de exportação para que houvesse maior competitividade no mercado interno. Esta forma de política econômica tinha um preço a se pagar e o governo estava ciente que o saldo da balança comercial ficaria negativo por um longo período. (SÁ, 2008)

 A balança comercial de fato se desestabilizou de forma extremamente agressiva após a implantação do Plano Real, o que havia sido um superávit de 1,3 bilhões rapidamente se tornou um déficit de 409 milhões de dólares em novembro de 1994 e quase dobrou em dezembro passando para 809 milhões de dólares, e esta tendência continuou por um longo período. (SÁ, 2008)

Um dos setores mais afetados por essa mudança foi o setor de serviços que viu seu déficit de 6,6 bilhões de dólares crescer 50% em um ano do primeiro semestre de 1994 para o primeiro semestre de 1995 que marcava um novo déficit de 9,6 bilhões de dólares. (SÁ, 2008)

O governo decidiu por abrir o mercado brasileiro, mas, sem nenhum grande planejamento de longo prazo ou até de curto prazo, o que possibilitou uma concorrência até certo ponto desleal no ambiente interno, uma vez que nenhuma medida contra este tipo de atitude foi tomada previamente. O governo também optou por não fazer uma reforma no sistema tributário temendo a impopularidade. Outro aspecto importante era o custo do crédito o que impedia uma maior competitividade entre as empresas nacionais para com as internacionais. (SÁ, 2008)

Um dos aspectos positivos desta abertura do mercado, foi que a demanda agregada brasileira cresceu muito neste período, levando em conta o ponto vista da população que tinha muito mais opções de compra e de vários produtos importados, apesar do alto custo do crédito a baixa do dólar trouxe este alivio temporário para a população, além obviamente da estabilização econômica que era algo buscado a duas décadas. (SÁ, 2008)

Levando em conta este ponto de vista um problema poderia surgir. O aumento real dos salários dos que após a estabilidade não sofrem com a depreciação tão intensa da inflação, e fazia com que se facilitasse o acesso ao crédito com decorrer do tempo, apesar de o Banco Central elevar o nível do depósito compulsórios dos bancos a 100%, praticamente extinguindo o multiplicador bancário para evitar a inflação. Este aumento real logo se converteria em inflação que era o objetivo principal de combate do Plano Real, e logo nos seis primeiros meses de Plano identificou o valor de 23% do IPCR, mas também foi influenciado pelo *carry over* da inflação em cruzeiros reais em julho de 1994 e pela sazonalidade de alguns alimentos que puxaram o índice para cima. (BACHA, 1997)

 A partir de janeiro de 1995 os salários dos servidores públicos sofreram um reajuste integral do IPCR, além de ser reajustada pela média mais alta de 12 meses em vez de a média mais baixa de 4 meses que vigorava anteriormente. E para os servidores federais ocorreu o reajuste no salário mínimo para 100 reais que era cerca de 10% de aumento real em relação ao IPCR, fato que também atingiu os benefícios da previdência. (BACHA, 1997)

Com a deterioração da balança comercial e com a crise mexicana que fez com que ocorresse um refluxo de capitais internacionais que pressionavam as reservas internacionais. O governo decide atingir este problema com intensidade. O primeiro movimento estatal foi a elevação da taxa básica de juros tornando o Brasil mais atrativo ao capital externo, e restringiu ainda mais o crédito, impondo 30% de compulsório sobre depósitos à prazo e 15% sobre os empréstimos bancários. (BACHA, 1997)

Além destas políticas monetárias contracionistas visando a redução do crédito privado para conter a inflação, o Banco Central anuncia uma desvalorização cambial de 5 % do real frente ao dólar em conjunto adoção de uma banda cambial deslizante, e um aumento nas taxas de importações de carros e eletrodomésticos de 20% para 70%.(BACHA, 1997)

Este sistema de bandas e os próprios anúncios do Banco Central, trouxeram um alto nível de incerteza no setor cambial brasileiro, e nos primeiros momentos ainda assim houve uma pressão sobre as reservas internacionais até o ponto de relativa estabilização quando se torna mais clara a estratégia intervencionista do Banco Central. (BACHA, 1997)

O Banco Central adotou o sistema de bandas cambiais, isto significava que ele iria deixar o câmbio flutuar dentro da banda predeterminada, quando saísse desta banda ele iria intervir comprando ou vendendo dólares no mercado. Fica claro também o viés de desvalorização cambial a partir deste momento, pois iria controlar um pouco as importações que deterioravam a balança comercial, e iria controlar também a saída de capital externo do Brasil, o que significava um incentivo principalmente após 1996 quando as aplicações de renda fixa começaram a ter uma grande entrada de capital externo neste tipo de aplicação. Esta desvalorização era eminente, pois, o Real chegou a valer mais que o Dólar chegando a valer apenas 0,84 centavos, o que era algo completamente especulativo, uma vez que, o Real é uma moeda mais fraca que o Dólar e este era um desequilíbrio evidente e logo serio resolvido. (BACHA, 1997)

Após estas medidas e economia começa a tomar folego, demostrando uma reação muito positiva as medidas tomadas, isso fica muito claro quando se observa uma ótima reação da Balança comercial que começa a apresentar pequenos superávits e se mantem sobre controle a partir do final de 1995 e 1996. (BACHA, 1997)

Outro ponto de extrema importância na análise da recuperação da economia foi o aumento considerável no nível de reservas internacionais que chegaram a perder 10 bilhões de Dólares voltando ao patamar que estavam quando o Plano Real foi implantado, algo em torno de 30 bilhões de dólares e depois destas medidas tomou um viés de alta constante até o final de 1998 quanto atingiu a marca de 58 bilhões de Dólares, que é quase o dobro de apenas dois anos antes, o que mostra a rápida evolução e recuperação deste indicador. (BACHA, 1997)

Um ponto que não foi positivo foi o nível de atividade econômica, que era melhor antes da implantação do Plano Real. Apesar de controlar a inflação e trazer mais confiabilidade ao governo, o Plano Real no primeiro momento apresentou uma queda no nível de crescimento do país, que pode ser explicado principalmente pela restrição ao crédito que desestimula o investimento e principalmente o consumo, além de que o aumento nos salários fez com que os custos para as empresas se elevassem o que retraiu a oferte e com isso reduzindo o nível de atividade econômica. (BACHA, 1997)

Outro aspecto negativo foi o aumento do déficit público, que vinha de uma tendência forte de quedas constantes devido ao grande reajuste fiscal feito para a estabilização das contas públicas para que se pudesse implantar o Plano Real. O que se observa foi que a dívida pública passa de 28,5% do PIB em 1994 para 32,2% do PIB em 1995, embora tenha recuado novamente em 1996, inicialmente ele foi prejudicial as contas públicas. Embora tenha aspectos ruins o Plano Real teve vital importância na estabilização do nível de preços da economia, esta fase de ajuste é conturbada mais natural para uma mudança de tamanha proporção. (BACHA, 1997)

**Referências**

CARDOSO, Eliana, **A inflação no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elianainfl.pdf>. Acesso em: 21 Nov 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos, **A economia política do Plano Real.** Revista de Economia Política, vol.14, n°4, 1994. Disponível em: < http://rep.org.br/pdf/56-10.pdf >. Acesso em: 22 Out 2016.CARDOSO, Eliana, **A inflação no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/elianainfl.pdf>. Acesso em: 21 Nov 2016.

OLIVEIRA, Thais Diniz. **Teoria e aplicação: das fases do Real a nova moeda.** 2005. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/6673/4913>. Acesso em: 21 Nov 2016.

PEREIRA, Simone Passini, **Politica fiscal no período de 1993-1997.** Disponível em:<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\_TN/iiipremio/financas/1lugar\_topicos\_III\_PTN/PEREIRA\_Simone\_Passini.pdf>. Acesso em: 21 Nov 2016

CAMARGO, Felipe Lopes de, **Plano Real: Uma Análise crítica.** UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. Disponível em: <http://www.mises.org.br/files/literature/Mono\_Felipe\_2013.1.pdf >. Acesso em: 01 Mar 2016.

SÁ, Leonardo Lima de Souza, **A economia brasileira pós Plano Real na década de 90.** 2008. Disponivel em: < file:///C:/Users/Gabriel/Downloads/SaLeonardoLimadeSouza\_TCC%20(2).pdf >. Acesso em: 21 Nov 2016.

BACHA, Edimar Lisboa, **Plano Real: uma segunda avaliação**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização**. 1997. Disponível em: < http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1541/S3395B81P\_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 21 Nov 2016.